



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Referente: PLL nº 090/2021

Autoria: Vereadora Sônia

Assunto: Dispõe sobre a contribuição voluntária para proteção da fauna, nos termos em que específica

PARECER Nº 300.1/2021/SAJ/JACC

Ementa: Projeto de Lei Municipal. Dispõe sobre a contribuição voluntária para proteção da fauna, via carnê de IPTU. Possibilidade. Prosseguimento.

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de Projeto de Lei de autoria da Vereadora Sônia, pelo qual pretende fomentar a captação de recursos destinados à proteção do meio ambiente, com destaque para a proteção da fauna.

2. A autora argumenta, na Justificativa que acompanha o texto, que as políticas públicas de proteção aos animais carecem de recursos suficientes, razão pela qual o projeto em questão busca amenizar o problema enfrentado.

3. Por tais motivos, a implementação das regras apresentadas, melhorariam sobremaneira a realidade atual.

II. FUNDAMENTAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



1. O tema em apreço encontra não encontra restrições na repartição de competências entre os entes federados, cabendo ao Município legislar sobre tal tema (meio ambiente).

2. Na mesma linha, também não se vislumbram impedimentos a luz do que prevê o artigo 40 da Lei Orgânica do Município, a qual estabelece as matérias de competência exclusiva do Prefeito, de modo que os Vereadores podem apresentar projetos tal como o que ora se analisa.

3. Por sua vez, podemos enquadrar a matéria em questão como "assuntos de interesse local", nos termos do inciso I, do artigo 30¹ da Constituição Federal, posto que a proposição em questão visa atender interesse local atinente ao aspecto ambiental e urbanísticos, ambos em âmbito municipal.

4. De outra vertente, a iniciativa para o tema em questão é concorrente entre o legislativo e o executivo municipal, de maneira que inexistem vícios formais neste aspecto.

5. No mérito, o projeto não apresenta - neste momento - vício material ou mesmo formal, de modo que não se constata qualquer inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade.

6. Ademais, vale destacar a pluralidade de projetos similares no âmbito desta Casa Legislativa, os quais tiveram regular prosseguimento, inclusive com sanção do Chefe do Executivo.

¹ Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

7. Desta forma, tendo sido submetida à proposição à Consultoria Jurídica desta Casa de Leis, em atendimento ao artigo 46², da Lei Orgânica do Município, o parecer é no sentido de que o Projeto de Lei, está em condições de regular tramitação, não apresenta óbices sob os aspectos de constitucionalidade, legalidade ou juridicidade.

III. CONCLUSÃO

1. Face ao exposto, sem qualquer avaliação sobre o mérito da proposta, concluímos que a presente propositura **não** apresenta impedimento para tramitação.

2. Avançando o projeto, deverá ser submetido as Comissões de a) Constituição e Justiça; b) Defesa do Meio Ambiente e Direito dos animais; e c) Desenvolvimento Econômico;

3. Para aprovação é necessário do voto favorável da maioria simples, presentes, pelo menos, a maioria absoluta dos membros da Câmara.

4. Neste tipo de proposição, **não** deve ser colhido o voto do Presidente do Legislativo, salvo eventual empate constatado no ato da votação.

5. Este é o parecer, opinativo e não vinculante.

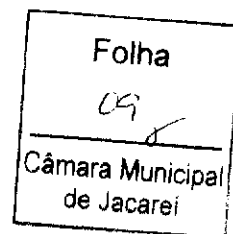
Jacareí, 04 de novembro de 2021

Jorge Alfredo Cespedes Campos
Consultor Jurídico Legislativo

² Art. 46 – Todos os projetos que tramitarem pela Câmara serão encaminhados para parecer da Assessoria Jurídica do Legislativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ
PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Referente: PLL nº 090/2021 - Projeto de Lei do Legislativo

Autoria do projeto: Vereadora Sônia da Patas da Amizade

Assunto do projeto: Dispõe sobre a inserção de chave PIX, no carnê do IPTU, para contribuição voluntária destinada ao amparo, proteção e bem-estar animal

1. **ACOLHO** o parecer de fls. 06/08.
2. Anoto apenas que a propositura, caso levada ao Plenário, estará sujeita à turno único de votação.
3. Ao Setor de Proposituras, para prosseguimento.

Jacareí, 05 de novembro de 2021



WAGNER TADEU BACCARO MARQUES
SECRETÁRIO-DIRETOR JURÍDICO
OAB/SP Nº 164.303